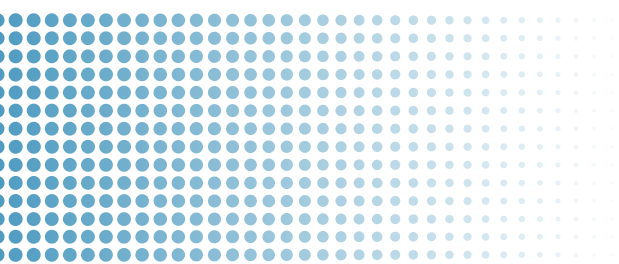


ANAIIS DO ATELIÊ DOCTUM



2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
DISCRIMINAÇÃO RACIAL LEGISLANDO PELA JUSTIÇA: DESAFIOS JURÍDICOS NA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL	4
UNIÃO HOMOAFETIVA: BREVE HISTÓRICO E ASPECTOS JURÍDICOS BRASILEIROS	5
O PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS	6
PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) E O SEU TRATAMENTO (JURÍDICO)	7
PERSPECTIVAS ENTRE DIREITO E GÊNERO: APROXIMAÇÃO À TEMÁTICA DO PROJETO INTEGRADOR III	8
O CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E A BUSCA POR UMA HERMENÊUTICA JURÍDICA ANTIRRACISTA	9
CONCEITO DE BEM VIVER E O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO	10
MOBILIZAÇÃO SOCIAL: ENTRE O DIREITO E A MUDANÇA INSTITUCIONAL.	11
DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL: UMA VISÃO GERAL	12
DESIGUALDADE RACIAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E MEDIDAS CONTRA O RACISMO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	13
A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA CULTURA POPULAR E AS GARANTIAS DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA	14
INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	15

RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS E EX-DETENTOS

16

QUESTÕES DE GÊNERO E JUSTIÇA SOCIAL

17

APRESENTAÇÃO

A Rede de Ensino Doctum tem a honra de apresentar os Anais do Ateliê Doctum, realizado nos meses de junho e novembro de 2024, com o propósito de fomentar o debate qualificado sobre temáticas transversais ao estudo do Direito, em perspectiva crítica, interdisciplinar e inovadora.

O presente volume reúne contribuições provenientes de distintos períodos do Curso de Direito, representando um mosaico de reflexões que evidenciam a complexidade dos fenômenos jurídicos na contemporaneidade. Ao articular o Direito com áreas como filosofia, sociologia, ciência política, economia, meio ambiente, tecnologia, entre outras, os trabalhos ora publicados reiteram o caráter multifacetado da ciência jurídica e sua vocação para o diálogo com os grandes desafios do mundo atual.

A publicação destes anais reflete o compromisso institucional com a promoção da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como com a consolidação de espaços que valorizem a produção e a divulgação de conhecimento rigoroso, plural e socialmente comprometido. É também expressão da confiança de que o intercâmbio entre diferentes saberes e perspectivas contribui decisivamente para o fortalecimento do campo jurídico em suas múltiplas dimensões.

Registramos nossos mais sinceros agradecimentos aos corpo discente e ao corpo docente, à comissão organizadora pelo empenho exemplar, bem como a todas e todos que participaram desta edição do evento, cuja qualidade e relevância foram reconhecidamente elevadas.

Desejamos a cada leitora e leitor uma frutuosa leitura e que este compêndio possa servir como instrumento de reflexão, aprofundamento e inspiração para novas investigações.

Victor Freitas Lopes Nunes
Coordenador de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

DISCRIMINAÇÃO RACIAL LEGISLANDO PELA JUSTIÇA: DESAFIOS JURÍDICOS NA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Autores(as): Ana Livia Santana; Beatriz Caetano; Gabriel Moreira Medeiros; Kauan Costa; Lhorrany Mendes; Maria Isadora Souza Campos; Ruth Graciana Oliveira; Rhafaela Silva Valente; Sabrina Guilherme Martins; Alan Bernardo Lemos Costa; Filipe Segall Tavares; Wendel Salum Dourado; Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo; Tânia Danielle Vieira Neto.

RESUMO

A Discriminação Racial viola direitos humanos fundamentais e obstaculiza a construção de uma sociedade justa e inclusiva. Desde a era da escravidão até as formas modernas de preconceito, a luta contra a discriminação racial enfrenta desafios globais. Apesar dos avanços legislativos e de conscientização, a discriminação persiste, demandando ação coletiva para sua erradicação. A Constituição de 1988 do Brasil estabelece princípios para combater a discriminação racial, incluindo a igualdade perante a lei, a criminalização do racismo e a promoção do bem de todos sem preconceitos. Direitos sociais e políticas de diversidade são essenciais para a igualdade racial, incluindo ações afirmativas reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal. A pesquisa envolveu a coleta de dados via WhatsApp, análise de conteúdo de mensagens e vídeos, entrevistas estruturadas e revisão bibliográfica para embasar teoricamente as experiências compartilhadas. A discriminação racial persiste como um desafio prejudicial, demandando educação, conscientização e ação legislativa. Embora progressos tenham sido feitos, desafios persistem e exigem compromisso contínuo com a justiça e igualdade. A Lei do Racismo (7.716/89) e a conscientização são ferramentas essenciais, mas o trabalho rumo a uma sociedade inclusiva deve continuar, como disse Rosa Parks, preparando as futuras gerações para enfrentar e superar o racismo.

Palavras-chave: Discriminação racial, direitos humanos, conscientização, justiça social, impactos.

UNIÃO HOMOAFETIVA: BREVE HISTÓRICO E ASPECTOS JURÍDICOS BRASILEIROS

Autores(as): Anna Luiza Aguiar Alves de Oliveira; Eduarda Leal de Souza; Júlia Verly Leite; Pedro Costa Sales; Valter Fernandes de Freitas; Alan Bernardo Lemos Costa; Filipe Segall Tavares; Wendel Salum Dourado; Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo; Tânia Danielle Vieira Neto.

RESUMO

O presente estudo compreende reflexões acerca das relações homoafetivas no contexto brasileiro. O preconceito e estigma vivido por esses sujeitos perpassam desde a história e seguem sendo uma problemática da contemporaneidade. Partindo de um breve histórico da inter-relação da sociedade com as relações homoafetivas e a homofobia, o estudo expõe a legislação vigente que ampara esses casais, como a possibilidade de união estável homoafetiva, reconhecendo os direitos dentro dessa união assim como na união heteroafetiva. Compreende também os desafios enfrentados por essa população no mundo atual e a possibilidade de adoção homoparental segundo as novas resoluções.

Palavras-chave: União homoafetiva. Preconceito. Adoção homoparental. Legislação. Homossexualidade.

O PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS

Autores(as): Danielle Costa da Silva Almeida; Isadora Mendes de Andrade; Itauana Alves Rocha; Kamille Corrêa de Souza Marques; Karine Caceres Citelli; Larissa Lucas de Sousa; Ysis Fabricante Ferreira; Alan Bernardo Lemos Costa; Filipe Segall Tavares; Wendel Salum Dourado; Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo; Tânia Danielle Vieira Neto.

RESUMO

A modificação das leis civis, ao possibilitar que indivíduos vivam de forma genuína e combatam a discriminação e estigma ligados às suas identidades de gênero, contribui para uma sociedade mais abrangente. Isso fomenta a consideração e apreço por todos, sem distinção de gênero. Privar as pessoas trans de seus direitos civis viola os princípios básicos dos direitos humanos, como a igualdade, a privacidade e a autenticidade pessoal. É crucial garantir um acesso justo às mudanças civis a fim de assegurar tais direitos. Permitir que pessoas transmudem legalmente seus nomes e gêneros reconhece seu direito à autodeterminação e reforça a proteção de seus direitos fundamentais. Essa alteração não apenas promove a igualdade perante a lei, mas também resguarda a privacidade e identidade pessoal das pessoas trans. Em resumo, a modificação das leis civis desempenha um papel fundamental em direção a uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, onde cada indivíduo é valorizado, independentemente de sua identidade de gênero.

Palavras-chave: Direito; Identidade; Gênero; Pessoas Trans; Alteração.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) E O SEU TRATAMENTO (JURÍDICO)

Autores(as): Douglas Fernandes; Filipe Novais; Filipe Yakob; Gabriela da Costa; Iara de Andrade; Kauane Menegucci; Maria Eduarda Vitorino; Noemmy Sales; Vitoria Cancela; Alan Bernardo Lemos Costa; Filipe Segall Tavares; Wendel Salum Dourado; Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo; Tânia Danielle Vieira Neto.

RESUMO

O presente estudo visa uma percepção histórica que leva em consideração a forma como a deficiência foi vista ao longo do tempo até os dias atuais. A partir disso, temos como conceito o problema da situação das Pessoas com Deficiência na sociedade, dando ênfase a amplitude de conhecimentos sobre a realidade das PcD, fundamentada no fato de serem pais e cidadãos, terem direitos e deveres conforme o Estado. As pessoas com deficiência podem ser divididas em três grupos principais: físico, sensorial e intelectual. O objetivo deste artigo é entender as PcD e pessoas sem deficiência em termos de educação, mercado de trabalho e diferenças de renda, além dos direitos das PcD e das leis que as protegem. Para esta pesquisa, foram utilizados recursos como internet, artigos científicos e legislações.

Palavras-chave: Inclusão social. Recursos. Diversidade. Direitos da pessoa com deficiência. Equidade..

PERSPECTIVAS ENTRE DIREITO E GÊNERO: APROXIMAÇÃO À TEMÁTICA DO PROJETO INTEGRADOR III

Autores(as): Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo; Rejane Soares Hote; Luciano Viana Nassar; Marluza Fernandes Roriz; Alan Bernardo Lemos Costa.

RESUMO

Gênero e identidade são conceitos centrais no debate contemporâneo sobre direitos humanos e igualdade. Gênero refere-se às construções sociais e culturais associadas aos papéis, comportamentos e atributos que uma sociedade considera apropriados para homens e mulheres. Identidade, por sua vez, abarca a percepção individual de si, incluindo aspectos como gênero, orientação sexual, raça, etnia e outras características pessoais. A sociedade civil desempenha um papel fundamental na promoção da conscientização e na luta pelos direitos de gênero e identidade. Organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e ativistas têm sido cruciais na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, na promoção da igualdade de gênero e na proteção contra discriminação e violência. Esses grupos frequentemente atuam na educação pública, oferecendo recursos, apoio psicológico e jurídico, além de pressionarem por mudanças legislativas e políticas. O poder público, em especial o poder judiciário, também exerce uma função essencial na proteção e promoção dos direitos relacionados ao gênero e identidade. Decisões judiciais têm sido vitais para o avanço dos direitos LGBTQIA+ e da igualdade de gênero. No Brasil, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem proferido decisões importantes, como a criminalização da homofobia e transfobia e o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Essas decisões são marcos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, como a implementação de leis contra a violência doméstica e a promoção de direitos reprodutivos, são fundamentais para assegurar que todas as pessoas tenham oportunidades iguais, independentemente de seu gênero ou identidade. A integração dos esforços da sociedade civil e dos poderes públicos é crucial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todos possam viver com dignidade e respeito.

Palavras-chave: Gênero; Identidade; Direitos humanos; Igualdade; LGBTQIA+.

O CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E A BUSCA POR UMA HERMENÊUTICA JURÍDICA ANTIRRACISTA

Autores(as): Daniel Gonçalves Cardoso; Laura Amaral da Silva Lopes; Leticia Martins da Silva; Yasmin Teixeira Martins; Yves Fernandes Carvalho Camila Carvalho De Souza; Cayo Silva Oliveira Gomes; Ester Lamego Ferrari Nascimento Breder; Filipe Damasceno Storti; Guilherme Souza Américo da Silva; Gustavo Silva Toledo; Liliane Ribeiro Souza; Maria Clara de Almeida Souza; Pedro Luiz Garcia Magi; Sérgio Silva Filho; Rodrigo Mendes Cardozo; Walter Veloso Dutra; Alan Bernardo Lemos Costa; Marluza Fernandes Roriz; Rejane Soares Hote.

RESUMO

A persistência do racismo no Brasil e sua estrutura ocidental/capitalista, destacando a necessidade de uma análise crítica da modernidade. Diversos estudos destacam tão grande o processo de escravização no território brasileiro, ressaltando a longevidade e crueldade desse processo, com efeitos até os dias atuais. Pensar do direito vem operando como uma superestruturação para que haja a manutenção da opressão racial, na atualidade, apesar das contradições que se suscita, a mesma tem o potencial de atuar como uma ferramenta imprescritível na luta do antirracista. Levando em consideração ao tema “A importância do constitucionalismo latino-americano na formação de uma hermenêutica jurídica antirracista”, foi entrevistado o professor Wendel Salum Dourado a respeito do tema em questão.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Antirracismo; Constitucionalismo latino-americano; Hermenêutica jurídica

CONCEITO DE BEM VIVER E O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO

Autores(as): Lorena Balbino Brasil de Oliveira; Rafael Euclides Silva Gomes; Abraão da Silva Fumian; Anna Clara Moraes Lazzaroni de Oliveira; Bernardo Fonseca de Oliveira; Clauan Lanes Alves; Estevão Batista Gomes; Gustavo Oliveira Nacarati; Iris Silva Sousa; Kailany Sodre Vitor Gezo; Loriane Aparecida Teixeira da Conceição; Marcone Junior Bevilaqua de Andrade; Yasmim Pereira Araujo; Rodrigo Mendes Cardozo; Walter Veloso Dutra; Alan Bernardo Lemos Costa; Marluza Fernandes Roriz; Rejane Soares Hote

RESUMO

O conceito de bem viver (Sumak Kawsay) tem sido incorporado de maneira crescente nas constituições de países como Equador e Bolívia, representando uma transformação paradigmática no campo do Direito Constitucional. O desafio futuro é traduzir os princípios do bem viver em ações concretas de desenvolvimento, especialmente no que tange à preservação ambiental, autonomia indígena e distribuição equitativa de recursos. É importante que o debate acadêmico e intelectual sobre o bem viver continue se aprofundando. O bem viver pode contribuir para um diálogo mais profundo entre conhecimentos tradicionais indígenas e o pensamento ocidental. Entre os desafios na implementação do bem viver, deve-se mencionar: a resistência cultural; as tensões com o mercado; a necessidade de reformas no ambiente jurídico e a insuficiência de dados e métricas para mensurá-lo.

Palavras-chave: Bem viver (Sumak Kawsay); Novo Constitucionalismo Latino-Americano; Saberes indígenas; Desenvolvimento sustentável.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL: ENTRE O DIREITO E A MUDANÇA INSTITUCIONAL.

Autores(as): Beatriz Tarden; Daniele Mello; Gabrielle Costa; Jessica Thucller; João Antonio; Layla Souza; Luiza Santos; Ludmila Menegucci; Otavio Augusto Garcia; Paula Rezende; Roberta Silva; Thalles Caon; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Marluza Fernandes Roriz; Alan Bernardo Lemos Costa; Filipe Segall Tavares

RESUMO

O objetivo do artigo é trazer, através de uma pesquisa bem abrangente e relevante sobre a interseção entre direito, mobilização social e mudança institucional. Ao longo, foram apresentados os conceitos de cada palavra e seus efeitos legais dentro da sociedade. O grupo apresentou exemplos de mobilização do direito em vários âmbitos, e como principal citação abordaram a “Campanha por um Brasil livre de Transgênicos”, uma discussão bem visada nos Estados Brasileiros, envolvendo grandes órgãos importantes, neste caso em questão, o Ministério Público. Campanha por um Brasil livre de Transgênicos; como exemplo é bastante pertinente, considerando o impacto dessa questão na sociedade brasileira e o envolvimento de importantes órgãos governamentais, como o Ministério Público. O artigo também observa a falta de estudos sobre esse tema no Brasil e apresenta dados empíricos de pesquisas sobre estratégias judiciais em conflitos ambientais e na Campanha por um Brasil Livre de Transgênico. O artigo enfatiza a relevância da compreensão dos efeitos das ações judiciais tanto para a mudança institucional quanto para a compreensão das dinâmicas de ação coletiva. Ele destaca a necessidade de análises tanto quantitativas quanto qualitativas dos padrões de demandas judiciais e o que essa mobilização social pode acarretar em mudanças institucionais.

Palavras-chave: Discussão; Direito; Mobilização Social; Transgênicos.

DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL: UMA VISÃO GERAL

Autores(as): Ana Carolina Valerio, Cristina Helen de Almeida Lugati, Danielle Silva Amorim, Eduarda Victoria da Silva Pedrosa, Elaine Lima Teixeira, Fernanda Kelly da Silva Pereira, Gilffany Gabrielly Moraes Costa, Luana Aparecida Coelho Castelani, Maria Rita de Cassia Pereira José, Rafaela Martins Magi, Yasmin Oliveira da Silva; Alan Bernardo Lemos Costa, Wendel Salum, Rejane Soares, Marluza Fernandes, Filipe Segall.

RESUMO

O estudo aborda a proteção dos direitos dos povos indígenas no Brasil, com foco na legislação nacional e internacional relacionada à cultura, assim podemos destacar a necessidade de tratamento legal diferenciado para reconhecer tradições e regras indígenas, a importância da consulta prévia e respeito à ocupação tradicional de terras, os Desafios na efetivação dos direitos indígenas, especialmente em relação à Declaração Universal dos Direitos Indígenas, e também os avanços recentes na legislação brasileira, substituindo abordagens integracionistas e assistencialistas por políticas de proteção e promoção. Embora existam avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Palavras-chave: Direitos dos povos indígenas. Legislação brasileira. Consulta prévia. Ocupação tradicional de terras

DESIGUALDADE RACIAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E MEDIDAS CONTRA O RACISMO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Autores(as): Allana Lanes Ferreira; Ana Beatriz de Jesus Silvério; Danielly da Silva Souza; Débora Lorrainy de Oliveira da Silva; Gabriellye Christtiny Moreira de Souza Fernandes; Gean Silva Ferreira; Isabelly Machado Bezerra Ramos; Jefferson Brasilino; Larissa Oliveira Ramos; Lucas Xavier Ferreira; Victória Gomes Corrêa Radsack Matheus Pires; Yuri da Silva Nunes; Alan Bernardo Lemos Costa, Wendel Salum, Rejane Soares, Marluza Fernandes, Filipe Segall.

RESUMO

Este trabalho explora a persistente desigualdade racial no sistema de justiça criminal e discute as medidas necessárias para combater o racismo estrutural e assegurar os direitos humanos. Inicialmente, o estudo apresenta dados e análises sobre a desproporção racial nas taxas de prisão, violência policial e nos processos judiciais. Em seguida, examina as causas históricas e estruturais desse fenômeno, enfatizando o impacto do racismo institucional e das políticas públicas discriminatórias. Por fim, propõe medidas concretas de combate ao racismo, destacando o papel de políticas de igualdade, capacitação antirracista e reforma no sistema de justiça, visando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva

Palavras-chave: Feminismo. STF (Supremo Tribunal Federal). Movimento. Desigualdade. Gênero.

A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA CULTURA POPULAR E AS GARANTIAS DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA

Autores(as): Kelli Maria da Silva; Letícia Martins da Silva; Maria Candida Grillo Ramos; Taciana Costa; Thais Gripp da Silva; Willian Zanon Trindade. Alan Bernardo Lemos Costa, Wendel Salum, Rejane Soares, Marluza Fernandes, Filipe Segall.

RESUMO

A representação dos povos indígenas na cultura brasileira, particularmente na literatura e na mídia, reflete um processo de constante transformação que acompanha as mudanças sociais, políticas e culturais do país. Neste contexto, é fundamental analisar o papel da mídia e da literatura na (re)produção da identidade indígena e na defesa dos direitos socio-culturais assegurados pela Constituição de 1988 e por convenções internacionais, como a Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Um dos aspectos mais significativos desse período foi a promulgação do Estatuto do Índio em 1973, especialmente o artigo 172, inciso IX, que estabelece claramente a responsabilidade do Estado em garantir a posse permanente das terras indígenas e o usufruto exclusivo de suas riquezas naturais. Após um longo período de marginalização e violação de seus direitos durante o regime militar, a nova Constituição trouxe à tona a necessidade de garantir a dignidade e a cidadania dos povos indígenas, afirmando a importância de suas culturas, tradições e modos de vida. Outro aspecto importante trazido pela Constituição é a garantia do direito à consulta prévia, ao consentimento livre e informado dos povos indígenas em relação a projetos que possam impactar suas terras e modos de vida.

Palavras-chave: Identidade indígena. Mídia e literatura. Direitos socio-culturais. Consulta prévia

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Autores(as): Douglas Fernandes, Filipe Novais Curcio de Souza, Filipe Yakob, Gabriela da Costa, Iara de Andrade, Kauane Menengucci, Lhorrany Mendes, Maria Eduarda Vitorino, Valter Fernandes, Vitória Cancela; Rodrigo Mendes Cardozo, Tânia Danielle, Alan Bernardo Lemos Costa, Bruno Gonzaga; Vinicius Bigonha.

RESUMO

Este projeto examina a desigualdade e exclusão enfrentada por pessoas com deficiência. A verdadeira inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho vai além do cumprimento de cotas; é um compromisso com a equidade e o respeito à diversidade. A criação de ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, bem como a promoção de uma cultura organizacional empática e acolhedora, são fundamentais para garantir que esses profissionais tenham condições reais de desenvolvimento e ascensão profissional. Quando as empresas investem na inclusão, não só ampliam suas capacidades de inovação e criatividade, como também fortalecem seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho deve ser vista como uma responsabilidade compartilhada entre empresas, governo e sociedade, para que possamos superar as barreiras existentes e garantir oportunidades justas para todos.

Palavras-chave: Inclusão. Equidade. Mercado de Trabalho. Acessibilidade.

RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS E EX-DETENTOS

Autores(as): Anna Luiza Aguiar Alves de Oliveira; Ana Luiza Queiroz Grigato; Danielle Costa da Silva Almeida; Eduarda Leal de Souza; Gabriel Moreira Medeiros; Júlia Verly Leite; Kamille Côrrea de Souza Marques; Karine Caceres Citelli; Kauan Costa de Oliveira; Larissa Lucas de Sousa, Márcio Henrique Medeiros Pacheco; Noemmy Sales Fernandes; Pedro Costa Sales; Rodrigo Mendes Cardozo, Tânia Danielle, Alan Bernardo Lemos Costa, Bruno Gonzaga; Vinicius Bigonha.

RESUMO

O Projeto de Ressocialização de Detentos e Ex-Detentos visa transformar a realidade dos indivíduos em cumprimento de pena. Inspirado na palestra de Larissa, coordenadora do CAPS, e no modelo APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) de Viçosa, o projeto visa promover a reintegração social e laboral de indivíduos em cumprimento de pena ou egressos do sistema penitenciário. Através de parcerias com o setor privado, instituições de ensino e órgãos públicos, a proposta busca criar oportunidades de emprego, além de oferecer apoio psicológico, social e jurídico, assegurando que essas pessoas possam recomeçar suas vidas de maneira digna. O projeto vai além de uma atividade de extensão, posicionando-se como uma proposta transformadora para a sociedade, com impacto duradouro.

Palavras-chave: Ressocialização. Reintegração social. Sistema penitenciário. Empregabilidade. Apoio jurídico.

QUESTÕES DE GÊNERO E JUSTIÇA SOCIAL

Autores(as): Alexandre Hosken Latorre, Ana Livia Araújo Santana, Clara Rodrigues Lopes, Isadora Mendes de Andrade, Itauana Alves Rocha, Leonardo Gomes Sampaio Filho, Luciano da Silva Pereira, Maria Isadora de Souza Campos, Naiara Oliveira Mello Penzuti, Rafaela Silva Valente, Ruth Graciana Oliveira, Sabrina Guilherme, Ysis Fabricante Ferreira; Rodrigo Mendes Cardozo, Tânia Danielle, Alan Bernardo Lemos Costa, Bruno Gonzaga; Vinicius Bigonha.

RESUMO

Questões de identidade e métodos desconstrucionistas têm caracterizado a teoria da hegemonia masculina, proposta por Raewyn Connell, analisa como as masculinidades são construídas e mantidas em contextos sociais e culturais. As teorias sociais do gênero e da justiça atualmente reconhecem as múltiplas dimensões das questões de gênero, tais como organização, violência, reconhecimento e os problemas de inclusão. A justiça social busca criar condições onde todos tenham a mesma chance de alcançar seus objetivos e viver com dignidade, enquanto o gênero, como um aspecto central da identidade, pode influenciar profundamente as oportunidades e os desafios que uma pessoa enfrenta. A mulher é o ente mais desprivilegiado de todo o processo, em tais termos expostos, defende-se que o progresso qualitativo da democracia passa pela incorporação da mulher como um foro privilegiado da ação Estatal. Isto inclui diferentes abordagens para a identidade, o poder e o Estado, além de novas temáticas, como a relação entre o gênero e o direito.

Palavras-chave: Gênero. Identidade. Masculinidades. Justiça social. Desconstrução.